

ABPI.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de outubro de 2009 às 17h36
Seleção de Notícias

A Tarde/BA

Diretos Autorais

Prefeitura exige fim da pirataria de CDs e DVDs em Conquista 4

Brasil Econômico/BR

Conselho de Combate à Pirataria

Cinema vira nova arma de empresas contra pirataria 5
BRASIL

Conselho de Combate à Pirataria

Falsificação gera perda de R\$ 30 bi 7
BRASIL

Veja mais

Combate à pirataria chega ao cinema 10
NESTA EDIÇÃO

Correio Braziliense/DF

Propriedade Intelectual

A amazônia e a propriedade intelectual 11
DIREITO & JUSTIÇA

DCI - Comércio, Indústria e Serviços/SP

INPI

LG brasileira pede revisão de ação e tem nova vitória 12
JUDICIÁRIO

Folha de S. Paulo/SP

Propriedade Intelectual

Correa anuncia revogação de patentes de medicamentos 13
MUNDO

Gazeta de Limeira/SP

Diretos Autorais

PM apreende mais de 10 mil CDs e DVDs piratas em feira 14

Jornal do Brasil/RJ

Propriedade Intelectual

Softwares ilegais já são 80% do mercado 15
SAÚDE

Editoras não querem repetir mesmos erros de gravadoras 16

Prefeitura exige fim da pirataria de CDs e DVDs em Conquista

JUSCELINO SOUZA Vitória da Conquista

Após receber notificação do Ministério Público Federal (MPF) recomendando ações permanentes de fiscalização, a Prefeitura de Vitória da Conquista, a 509 km de Salvador, por meio da Coordenação Municipal de Serviços Públicos, reuniu comerciantes da cidade e deu a eles um prazo, que se encerra hoje, para o fim da venda de CDs e DVDs piratas que acontece em barracas e pontos de ambulantes.

OMPf também requereu a identificação de todos os pontos de venda para que se fizesse a apreensão dos produtos pirateados. Grande parte do material ficou estocado em galpões e em depósitos alugados a terceiros no Mercado Municipal Fernando Spínola. Por causa do elevado volume de apreensões de CDs e DVDs nos últimos anos, Conquista chegou a ser conhecida nacionalmente como a "capital da pirataria no Nordeste".

Estima-se que mais de 2,5 milhões de unidades foram recolhidas entre 2006 e 2009 pela fiscalização das polícias Civil, Militar e Federal na cidade.

Mesmo diante da repressão, não é difícil encontrar bancas de camelôs oferecendo títulos recém-lançados ou ainda em exibição nos cinemas, sem lançamento em DVD, por até R\$ 2 a unidade. Os CDs de pagode, axé e sertanejo também lideram as

vendas e podem ser adquiridos, segundo os vendedores, por R\$ 1,50.

Até mesmo barracas que deveriam servir para o comércio de produtos na Feira Municipal do Ceasa são cedidas para a venda de discos ilegais.

Segundo o coordenador de Serviços Públicos, Florivaldo Bittencourt, quem desobedecer estará sujeito a punições que vão desde apreensão de mercadorias até cassação de licença para atuar como ambulante.

Já houve cerca de 100 notificações do município aos também chamados "pirateiros", e muitos deixaram a atividade, mas sempre surge um novo ponto, principalmente no centro da cidade.

Ocorre que alguns ambulantes utilizam o mesmo espaço para comércio de mercadorias com nota fiscal, amparados por alvará, e de produtos pirateados, sob a justificativa de "necessidade de sustentar a família".

A legislação brasileira protege os **direitos autorais** e determina a destruição dos exemplares ilícitos, matrizes, moldes, negativos e elementos utilizados para praticar o ilícito, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles só para o fim ilícito, sua destruição.

Cinema vira nova arma de empresas contra pirataria

BRASIL



Fórum vai produzir filme de até R\$ 10 milhões para convencer consumidores a deixar as mercadorias ilegais de lado

Daniel Haidar dhaidar@brasileconomico.com.br

De tanto assistir ao consumo de produtos piratas aumentar Brasil afora, grandes corporações resolveram adotar uma nova tática para combater a pirataria. A estratégia é fazer um filme de grande apelo comercial para convencer os consumidores.

O Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, uma união de empresas e associações contra o comércio ilegal, vai financiar o filme para conscientizar a população sobre os malefícios do consumo de produtos piratas, principalmente para a indústria cultural.

Lição difícil de ser entendida, conforme mostra um estudo nacional feito pela Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ). No levantamento realizado em 70 cidades do Brasil, em mil domicílios, 47% dos entrevistados compraram algum produto pirata em 2008. A pesquisa estima que 68 milhões de brasileiros acima de 16 anos adquiriram alguma mercadoria falsificada no período.

A organização ainda negocia qual produtora vai dirigir o filme. Três empresas estão no páreo. Uma das cortejadas é a Zazen produções, do cineasta José Padilha que teve o sucesso ? Tropa de Elite? amplamente pirateado. Uma cópia do filme vazou antes da estreia e se multiplicou em camelôs.

Padilha se prepara agora para começar a filmar ? Tropa de Elite 2? em janeiro do ano que vem. O projeto do Fórum Nacional Contra a Pirataria deve gastar entre R\$ 6 milhões e R\$ 10 milhões, a depender, é claro, da produtora e do roteiro escolhido, segundo o atual presidente da entidade, Alexandre Cruz.



Continuação: Cinema vira nova arma de empresas contra pirataria



"Depende muito do roteiro que vai ser criado pelo produtor. O filme já tem diretrizes, dinheiro e vamos fazer concorrência para ver qual é o melhor projeto?", disse Cruz, em entrevista ao BRASIL ECONÔMICO.

Um dos objetivos do filme, segundo Cruz, é mostrar que os produtos piratas são distribuídos globalmente por máfias internacionais e ainda são contrabandeados junto com armas e drogas.

"A gente quer mostrar o tanto de corrupção, de crime organizado, que está envolvido", argumenta Cruz, um dos responsáveis pelo projeto no Fórum Nacional Contra a Pirataria.

Para o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil, Paulo Antenor de Oliveira, a educação é um dos pontos mais importantes do combate à pirataria. Na opinião dele, outras frentes de atuação devem ser a repressão aos distribuidores e vendedores e mudanças econômicas no setor, como a redução de impostos.

"Ninguém vai ficar tranquilo que comprando CD pirata na esquina, sabendo que vai estar pagando bala
ABPI.empauta.com

perdida. Mas por que um CD original não é vendido mais barato", declarou.

Ainda segundo o estudo, os produtos piratas mais consumidos são CDs e DVDs. A entidade diz na pesquisa que a tributação elevada sobre esses produtos encarece o preço final e dificulta a competição com as mercadorias falsificadas.

Cerca de 94% dos entrevistados na pesquisa disseram que compram produtos piratas porque é mais barato.

"Queremos levar vantagem em tudo. Só a educação vai tirar essa cultura das pessoas", avalia Natan Schipper, representante da Confederação Nacional de Comércio (CNC) no **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** (CNCP), vinculado ao Ministério da Justiça.

Algumas medidas preventivas já surgiram após uma reunião do governo com cineastas, no fim de setembro. A ideia é reforçar a segurança em salas de cinema para evitar filmagens e restringir mais o acesso às cópias nas produtoras.

Objetivo do filme é mostrar à população que produtos piratas são distribuídos por máfias internacionais e podem alimentar o tráfico de drogas

Falsificação gera perda de R\$ 30 bi

BRASIL

Governo estima que essa seja a arrecadação perdida com o comércio de produtos piratas

O **Conselho Nacional de Combate à Pirataria** (CNCP), órgão vinculado ao Ministério da Justiça, estima que o Brasil deixa de arrecadar mais de R\$ 30 bilhões por ano com o comércio ilegal de produtos piratas.

Ao longo de 2008, as apreensões feitas pela Receita Federal atingiram o valor de R\$ 270 milhões, o que mostra que a maior parte das mercadorias ilegais que circulam pelo país ainda não é confiscada. Em 2007, esse valor havia ficado na casa de R\$ 295 milhões.

A avaliação do CNCP é de que a falsificação de mercadorias tem sido o crime mais lucrativo em todo o mundo, porque movimenta anualmente US\$ 522 bilhões por organizações criminosas, superando o tráfico de drogas (US\$ 360 bilhões), segundo dados da Interpol.

Segundo o último estudo da Fecomércio-RJ, as mercadorias mais falsificadas são CDs, DVDs, óculos, relógios, roupas, calçados, bolsas, tênis, brinquedos, perfumes, cigarros, isqueiros, canetas, acessórios para veículos, programas de computador e até remédios.

Usar remédios falsificados e óculos de qualidade duvidosa pode prejudicar a saúde dos compradores.

"Temos que trabalhar cada vez mais para conscientização do consumidor para que ele entenda que preço mais barato pode causar graves prejuízos para a sua saúde e a sua segurança, sem falar nos prejuízos para a sociedade", comentou o presidente do Instituto Brasil Legal, Edson Luiz Vismona.

A preocupação com eventuais problemas decorrentes do uso é negligenciada por boa parte das pessoas que compram produtos piratas, conforme mostra a pesquisa. Cerca de 64% dos entrevistados disseram acreditar que o uso deste tipo de mercadoria pode trazer consequências negativas. A preocupação com a perda de arrecadação do Fisco é menos negligenciada, ainda segundo o levantamento da Fecomércio em mil domicílios de todo o Brasil. Cerca de 77% dos entrevistados afirmaram acreditar que a pirataria alimenta a sonegação de impostos.

—

A Interpol considera que a falsificação de mercadorias é o crime mais lucrativo do mundo, porque movimenta por ano cerca de US\$ 522 bilhões

—

SONEGAÇÃO

R\$
30 bilhões

É o valor da perda estimada em arrecadação no Brasil com o comércio ilegal de produtos

QUEM LUCRA

US\$
522 bilhões

É a estimativa da Interpol para o valor movimentado por criminosos com a pirataria

NO COFRE

**R\$
270 milhões**

Foi o valor das mercadorias
falsificadas apreendidas
pela Receita Federal em 2008

APREENSÕES EM 2007

**R\$
295 milhões**

Foi o valor estimado dos produtos
confiscados pela Receita Federal
durante o ano de 2007

Combate à pirataria chega ao cinema

NESTA EDIÇÃO

O Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade vai produzir filme de R\$ 10 milhões para convencer consumidor a não comprar mercadorias ilegais.

P10

A amazônia e a propriedade intelectual

DIREITO & JUSTIÇA

A Constituição Federal, no art. 225, define que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O preceito constitucional é de caráter amplo e extremamente genérico, possibilitando indagações de quem efetivamente tem o direito/dever de tutelar o meio ambiente. Estamos certos de que o Estado (Ministério Público), juntamente com a coletividade (todos nós) , têm esse direito/dever.

Todavia, quando se dá poder a todos, nenhum o tem. Um fica esperando que o outro tome a iniciativa e os resultados tornam-se pífios ou inócuos. É o que está acontecendo com o patrimônio cultural e, também, com o meio ambiente. Todos devem tutelá-los. O Estado tem ações ínfimas e os cidadãos não veem esse patrimônio como sendo de responsabilidade sua.

Como devemos então proceder? No período de 21 a 23 de junho, a Associação Paulista da **Propriedade Intelectual** (Aspi) realizou o seu X Congresso Internacional. O tema apresentado foi, no mínimo, instigante a todos que militam nessa área: Amazônia Diversidade e Integração na **Propriedade Intelectual** . Tal abordagem levou os participantes a pensarem sobre o assunto e a considerar a hipótese da efetividade e legitimidade da **propriedade intelectual** tutelar o assunto.

Em nenhum momento, entretanto, foi-nos dito que cabe ao ramo da **propriedade intelectual** a tutela desses direitos, mas fez-nos indagar a quem caberia se os militantes da área poderiam ajudar na questão

apresentada.

A **propriedade intelectual** trata de propriedade exclusiva, como patrimônio agregado ao indivíduo a fim de auferir lucro. O meio ambiente é direito/dever que não se fala em propriedade e sim em direitos da coletividade (não se pode confundir coletividade com direito coletivo) e sem pretensão de lucros.

Interessante que, no evento, dois palestrantes indígenas nos deram uma aula do significado da palavra coletividade. A natureza pertence a todos, a terra é nossa avó e temos o dever de passar para nosso semelhante os segredos das ervas, dividir a colheita, porque somos todos um só e fazemos parte deste um superior . Nada mais profundo e contundente. Parece que são os brancos que precisam aprender com os índios.

O Brasil, como todos os países, tem maravilhas a serem resguardadas. Contudo, cabe ao Estado preservá-las e tutelá-las, além de realizar um programa de conscientização de cidadania no seu sentido mais amplo: o de que todos nós somos responsáveis pelo meio ambiente. Sendo assim, devemos acordar e nos dispor a mudar nossas atitudes e fazer da nossa Casa Maior um instrumento de respeito, de direitos e deveres conscientes, onde a equidade prevalece sem interesses obscuros e distorcidos.

O problema urge por soluções eficazes e por ações direcionadas, que devem ser amparadas pelo Estado que, aliás, deve nos proteger de nós mesmos diversas vezes. Pois então que assim seja, proteja-nos Estado, nos obrigue e ou nos ensine a fazer a nossa parte.

LG brasileira pede revisão de ação e tem nova vitória

JUDICIÁRIO

SÃO PAULO - O embate na Justiça pelo uso da marca LG teve mais um capítulo. O juiz Guilherme Bolorini Pereira, da 35ª Vara Federal do Rio de Janeiro, confirmou, em sentença, a proibição do uso da marca coreana LG Electronics para informática, numa ação movida pela brasileira LG Informática. No entanto, o efeito da decisão, na prática, é nulo. É o que afirma o advogado da gigante coreana, Márcio Junqueira Leite, do Pinheiro Neto Advogados.

"A decisão não afeta em nada o uso da marca pela LG Electronics, mesmo porque não foi confirmada pelo tribunal. A empresa, que está no Brasil há 14 anos, não vai deixar, de uma hora para outra, de utilizar a marca", afirmou Leite, destacando que vai recorrer da decisão.

Do outro lado, o advogado da LG brasileira, Fábio Carraro, do Carraro Advogados Associados, comemora o fato de, na última sexta, o juiz ter acolhido os Embargos de Declaração para corrigir os termos da sentença.

"Antes, sem a correção que o juiz fez da omissão quanto à proibição do uso da marca, seríamos obrigados a ingressar com outra ação somente para este

fim. Mas, com a inclusão da condenação à abstenção do uso no texto da sentença, a proibição já se efetiva", disse Carraro. "É a consolidação da sentença a nosso favor e, de 'arrastão", a superação do primeiro recurso em nosso favor", completa.

Para o advogado da LG Electronics, além deste, há, na decisão, vários pontos passíveis de recurso. "Houve omissão e equívoco do juiz quanto ao uso da marca. Ele não levou em conta a prescrição", ressaltou Junqueira Leite.

Entenda

O processo tem como autora a empresa brasileira, cuja sede é em Goiás. Fundada em 1985, ela entrou com o pedido da marca no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial** (**Inpi**) em 1993, concedido dois anos depois. "Em 2001 eles começaram a atuar no Brasil e logo iniciaram-se os problemas para a LG Informática", conta Carraro.

Nos tribunais, a empresa brasileira tenta derrubar a tese de que sua pretensão já está prescrita. O processo corre na justiça desde 2006.

Correa anuncia revogação de patentes de medicamentos

MUNDO

DA REUTERS

O Equador vai revogar as **patentes** de produção de medicamentos e irá impor licenças obrigatórias que podem se estender aos setores agroquímico e de softwares, anunciou anteontem o presidente Rafael Correa.

"Vamos eliminar os direitos de **patentes**, vamos impor licenças compulsórias e baixar preços de muitos remédios", afirmou Correa.

Ele disse que entre hoje e amanhã expedirá decretos para eliminar as "**patentes** criminosas" que, segundo

o presidente equatoriano, defendem os bolsos das grandes fabricantes multinacionais de medicamentos em detrimento da população que necessita dos produtos e não tem recursos.

"O conhecimento é um bem público. Os medicamentos para a saúde humana não podem ser considerados uma mercadoria", afirmou o presidente, durante seu programa semanal de rádio.

Correa se propõe a conduzir o país ao socialismo pleno, em um modelo inspirado no aplicado pelo presidente Hugo Chávez na Venezuela.

PM apreende mais de 10 mil CDs e DVDs piratas em feira

PM apreende mais de 10 mil CDs e DVDs piratas em feira

A Polícia Militar surpreendeu ambulantes ao realizar uma operação na feira livre do Parque Nossa Senhora das Dores, especificamente na Rua Olivato Filho. Quatro pessoas foram detidas com grandes quantidades de CDs e DVDs piratas, à venda, em barracas. O montante apreendido totaliza 10.835 unidades, sendo 7.840 DVDs e 2.995 CDs.

Trata-se da maior apreensão desse tipo de produto, considerado ilegal, este ano. Os comerciantes envolvidos não permanecem presos em caso de abordagem, mas devem responder por infração ao Artigo 164 do Código Penal Brasileiro - violação de **direito autoral** e propriedade imaterial, cuja pena é reclusão

de dois a 4 anos e multa.

O feirante J. E. S., 30 anos, do Jardim Olga Veroni foi o que mais mantinha mídias com músicas, filmes e programas de computador piratas, com 3.070 DVDs e 1.545 CDs. E. O. A., 44 anos, mantinha à venda outros 3.080 mídias diversas; W. S. S., 60, daquele bairro tinha 2.550 CDs e DVDs e Q. C. S., 37, outros 590 produtos igualmente falsificados.

A delegada plantonista Nilce Segalla esperou os policiais de serviço fazerem a contagem do material apreendido e relaciona-lo a cada um dos quatro BOs lavrados. Ações desse tipo devem ser intensificadas pela PM e Polícia Civil não apenas em feiras livres, mas também em lojas e ambulantes. Após a perícia, o material será destruído.

Softwares ilegais já são 80% do mercado

SAÚDE

Especialistas acreditam que solução passa por preço e vem a longo prazo

Em lojas no movimentado mercado Xinyang, em Xangai, iPhones da Apple e alto-falantes Bose falsos circulam junto com cópias piratas do novo sistema operacional Windows 7, da Microsoft, uma semana antes do seu lançamento oficial.

- Qual versão você quer? Básica? Normal? Inglês ou chinês? - pergunta um lojista, exibindo sua ampla oferta de discos.

A Microsoft pode estar atraindo o mundo, conforme se prepara para lançar a mais recente versão do sistema operacional Windows, mas os chineses conseguem cópias piratas neste mês por apenas 20 iuans (US\$ 2,93) cada, uma parcela mínima do preço oficial de até US\$ 320.

O "lançamento antecipado" do Windows 7 na China ressalta o desafio que grandes fabricantes de software enfrentam tentando ganhar dinheiro naquele país, segundo maior mercado de computadores do mundo.

A empresa de pesquisa IDC estima que quase 80% dos softwares vendidos na China em 2008 eram piratas. Embora o número esteja caindo, representa o dobro da média global e fica quase quatro vezes aci-

ma de mercados desenvolvidos, como Estados Unidos e Japão.

- A grande questão que está conduzindo a pirataria na China hoje é o preço - afirma o analista Matthew Cheung, do Gartner, outra empresa de pesquisa.

Em resposta a tais pressões, a Microsoft reduziu o preço do pacote de aplicativos Office 2007 Home and Student Edition para 199 iuans no ano passado, ante 699 iuans. A fabricante venderá a versão mais simples do Windows 7 Home Basic por 399 iuans, preço modesto para os padrões ocidentais, mas ainda muito superior às cópias piratas.

A violação dos direitos de **propriedade intelectual** tem sido um problema contínuo nas relações da China com seus principais parceiros comerciais. A Business Software Alliance, associação criada pela indústria de softwares, afirma que o setor perdeu mais de US\$ 6,6 bilhões para pirataria em 2008 na China, atrás apenas dos EUA.

Especialistas dizem que a pirataria na China é um problema de longo prazo, mas muitos acrescentam que as condições devem melhorar, conforme fabricantes reduzem preços, usuários se tornam mais educados e o padrão de vida sobe. O Gartner estima que as taxas de pirataria na China cairão para 50% até 2012.

Editoras não querem repetir mesmos erros de gravadoras

SAÚDE



FUTURO- Mercado editorial se prepara para maior demanda por livros digitais, impulsionada pelo Kindle

Empresários buscam acertar na estratégia para evitar a pirataria

As editoras estão mais bem preparadas para a revolução digital que o mercado de música estava há uma década, e estão usando bem suas opções para vender e melhorar seus produtos, coisa que as gravadoras não souberam fazer. O mercado editorial está prestes a ver uma disparada na demanda por livros digitais, impulsionada por aparelhos como o Kindle, da Amazon. com, e distribuição online do Google - e teme seguir o mesmo caminho que a indústria musical, há anos em queda.

Mas as formas diferentes de apreciar música e livros, assim como os diferentes estágios em que as duas indústrias se encontram no momento, significa que tentar desenhar uma analogia entre os dois segmentos não é necessariamente muito útil.

Durante a Feira de Livros de Frankfurt, nesta semana, representantes de ambas as indústrias se re-

prenderam por não terem agido mais rápido e terem sido mais resolutas na defesa de seus **direitos autorais** e em explorar as novas oportunidades que a Internet oferecia.

- Temos que agir imediatamente.

Não podemos ficar observando, analisando, observando de novo - disse o presidente da associação do mercado editorial da Alemanha, Alexander Skippis, no painel de discussão Aprendendo com a Indústria Musical.

O mercado editorial teme que a pirataria digital se alastre, algo que alguns apontam como causa da crise das gravadoras, já que a maioria dos consumidores hoje encaram conteúdo na internet como o equivalente a conteúdo gratuito.

Mas, em comparação, as editoras estão bem à frente de onde estavam as gravadoras quando o site de compartilhamento de músicas Napster entrou em cena, 10 anos atrás, abrindo o caminho para uma série de sites de download ilegal de MP3 que viriam.

O iTunes, loja online de música da Apple - que é até hoje a forma de compra legal de músicas mais usada no mundo - só viria a existir dali a dois anos, mas a distribuição de música pela internet já tomava o mercado.

Índice remissivo de assuntos

Diretos Autorais

4, 14, 16

Conselho de Combate à Pirataria

5, 7

Veja mais

10

Propriedade Intelectual

11, 13, 15

INPI

12